

Antes que a rua acorde

Villas-Bóas Corrêa

O bicho da pressa picou os defensores dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e anda uma azáfama nas bandas do governo e nos seus subúrbios para convencer o deputado Ulysses Guimarães a inverter a ordem das votações na Constituinte, garantindo a prioridade para a emenda que joga as eleições presidenciais diretas para 89.

Da tosa objetividade direta, sem amaciamentos e sem meias-palavras do governador de Minas, Newton Cardoso, às vezes mais blandiciosas dos gabinetes do Planalto, passando pelas lideranças governistas e os parlamentares mais assanhados do *Centrão*, todos entoam o coro dos argumentos de um civismo comovente. Não se trata de qualquer interesse político menor e imediatista, mas, do país, dos supremos e nobres cuidados com a pátria.

Com a indefinição da duração do mandato e do sistema do governo nada se faz, ninguém se mexe, os negócios desandaram, a expectativa paralisa a economia. A própria Constituinte não sai do lugar, empacada na interminável querela entre a esquerda e os moderados, porque o nó político não se desata e o mais fica pendente do principal. Assim, a prioridade natural necessita ser reconhecida para que as coisas fluam com a suavidade da carícia.

Como se constata, são razões de peso, ensopadas de nobres preocupações com os destinos da sociedade, olhos pregados no horizonte, a devassar os superiores anseios do país, as suas conveniências e vantagens.

Ora, sejamos francos que não é nada disso. Nem mesmo o terra-a-terra das táticas e espertezas desmerecem os seus inspiradores. O jogo é esse, essas as suas regras, os seus usos e costumes. No momento, cuida-se da montagem de uma das decisões fundamentais da Constituinte. Não há outra mais importante nas suas repercussões imediatas, nas respostas e reações previsíveis da sociedade.

É claro que, para os empenhados em garantir cinco anos para Sarney, chutando teste das urnas para o ano que vem, este é o melhor momento para a decisão no plenário. Quanto mais rápido, mais depressa, melhor. Todas as avaliações conduzem à conveniência de aproveitar o embalo da mobilização gigantesca para arrebanhar assinaturas na emenda, cobrando fidelidade dos signatários majoritários enquanto os compromissos estão frescos, os acertos de pé, as transas para a retribuição em andamento. Agora, o governo tem melhores condições de cobrar fidelidade, renovar apelos, recordar os termos das muitas acomodações urdidas nos cochichos ao pé do ouvido, no sigilo das portas trancadas.

O tempo pode até melhorar a posição do governo. Não é, entretanto, o provável.



Se alguma lógica pode ser antevista no caminhar da carruagem, ela aponta para uma tardia e modesta mas, em todo o caso significativa pressão popular. Até aqui, não aconteceu. Não se ignora que a irritação crescente das ruas reclama mudanças e, portanto, clama pela realização de eleições. A apatia pode ser a véspera do recomeço da mobilização interrompida, paralisada pela frustração, anestesiada pelo desencanto.

A medida que o povo se conscientiza do esforço para adiar eleições, vai acordando do seu desligamento. E se não se pode esperar por nada que se compare ao caudal imenso que transbordou na miraculosa marcha que virou uma página histórica, encerrando o ciclo revolucionário e inaugurando novos tempos, também não há como apostar numa definitiva marginalização da sociedade. O que está aí, com as ruas vazias, as praças desertas, o povo a ruminar a sua amargura, descarregando no fígado a irritação de cada hora com a alucinada espiral dos aumentos, é o instante, não a recaída na eterna desesperança.

Lá é verdade que o governo não deixa de ter razão. Realmente, a Constituinte precisa recriar condições de tranqüilidade, de boa convivência para as indispensáveis articulações que escancarem as portas do consenso. Sem entendimento, a Constituinte não deslancha. E, enquanto os apaixonantes e polêmicos temas políticos não forem resolvidos em definitivo, pelo voto irrecorrível, a Constituinte viverá em clima tenso, espichando a corda da radicalização.

Se o governo está com a boa doutrina, outra é a fonte da sua súbita urgência.

Ora, o presidente Sarney, ao saltar da postura de distanciamento e acatamento das decisões soberanas da Constituinte sobre o sistema de governo e a duração do seu mandato, fez uma opção sem retorno. Agora, não dá mais para uma retificação.

O governo atirou-se de cabeça do alto do trampolim. Ou absorve a queda no mergulho elegante para voltar à tona com a vitória ou uma derrota, improvável na perspectiva de hoje mas não impossível, definirá a melancolia do crepúsculo. Cinco anos é um risco conscientemente assumido, com toda a sua carga explosiva. Os quatro anos da aceitação passiva assegurariam ao presidente Sarney um ano de razoável sossego, à margem, presença necessária ao fecho da transição. E com o calendário do ano repleto: da Constituinte para a campanha, com as etapas dos acertos da legislação. Entendimentos para a escolha dos candidatos, a realização das Convenções. E no restante, a emoção da campanha, com a novidade atrativa dos dois turnos.

Sarney mediu, pesou, decidiu. Resolveu embalar nos cinco anos e, de quebra, na manutenção do presidencialismo. Ganhou a primeira. Mas é uma cartada que não terminou. E que só tende a ir multiplicando tensões até o seu desfecho. O governo quer resolver já. A espera é enervante. Não há coração que agüente.